



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'N', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Discórdia em Copenhague

Frustrou-se redondamente quem esperava, na 15ª Conferência sobre Mudança Climática (COP-15), em Copenhague, um acordo capaz de orquestrar compromissos de países pobres, emergentes e ricos contra os efeitos do aumento da temperatura no planeta. Após duas semanas de muitos debates e negociações, o encontro convocado pelas Nações Unidas teve um final dramático no dia 18 de dezembro de 2009, com chefes de estado tentando, em vão, aparar arestas mesmo depois do encerramento oficial da conferência. O resultado final foi um documento político genérico, firmado só pelos Estados Unidos, China, Brasil e África do Sul, que prevê metas para cortes de emissão de gases estufa apenas para 2050, mesmo assim sem estabelecer compromissos obrigatórios capazes de impedir a elevação da temperatura em mais do que 2 graus Celsius, meta que Copenhague buscava atingir.

Também foi proposta uma ajuda de US\$ 30 bilhões aos países pobres, no próximos três anos, embora sem estabelecer parâmetros sobre quem estará apto a receber o dinheiro e quais instrumentos serão usados para distribuí-lo. Faltou-lhe aval dos delegados de países como Sudão, Cuba, Nicarágua, Bolívia e Venezuela, inconformados por terem sido escanteados nas conversas finais. "O que temos de alcançar no México é tudo o que deveríamos ter alcançado aqui", disse Yvo de Bôer, secretário-executivo da conferência, remetendo as esperanças para a COP-16, que vai acontecer em 2010, na Cidade do México.

O impasse principal girou em torno de um jogo de empurra sobre as responsabilidades dos países ricos e pobres. As nações desenvolvidas queriam que os países emergentes tivessem metas obrigatórias, o que não foi aceito pela China, país que mais emite carbono na atmosfera, atualmente. Os Estados Unidos, vivendo a maior crise econômica desde 1929, não se dispunham a cumprir sequer metas modestas. Outra questão fundamental na conferência foi o financiamento para políticas de mitigação das emissões para os países pobres. Os países desenvolvidos exigiam que os emergentes ajudassem a financiar os menos desenvolvidos. A tese foi rechaçada pelos emergentes, que esperavam obter ajuda externa para suas políticas de combate ao aquecimento global.

(Adaptado de Fabrício Marques, Revista **Pesquisa Fapesp**, nº 167)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *políticas de mitigação* (3º parágrafo) = estratégias de arrefecimento.
- (B) *A tese foi rechaçada* (3º parágrafo) = obliterou-se a hipótese.
- (C) *capaz de orquestrar compromissos* (1º parágrafo) = hábil na ressonância compromissada.
- (D) *sem estabelecer parâmetros* (2º parágrafo) = à revelia da proposição de metas.
- (E) *Faltou-lhe aval* (2º parágrafo) = Urgiu o beneplácito.

2. A discórdia na Conferência de Copenhague ocorreu, fundamentalmente, por conta

- (A) da posição dos países emergentes, que queriam incluir os países pobres num plano de cumprimento de metas.
- (B) da insatisfação de delegados dos países que se sentiram prejudicados em suas cotas no subsídio de US\$ 30 bilhões.
- (C) de desastrosas iniciativas dos chefes de estado que em vão tentaram aparar as arestas da conferência.
- (D) de um documento político firmado por poucos países, no qual se previam cortes de emissão de gases estufa.
- (E) da exigência de metas obrigatórias, feita aos países emergentes pelas nações desenvolvidas.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, informa-se que o número modesto de signatários do documento final de Copenhague contrastava com a alta ambição das metas pretendidas.
- II. No 2º parágrafo, a declaração de Yvo de Bôer, com uma ponta de otimismo, não expressa qualquer sentimento de frustração com os resultados da COP-15.
- III. No 3º parágrafo, depreende-se que a crise econômica que os Estados Unidos atravessam teve peso na decisão de não se disporem a cumprir sequer as metas mais modestas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



4. "O que temos de alcançar no México é tudo o que deveríamos ter alcançado aqui."
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, as formas sublinhadas devem ser substituídas, na ordem dada, por:
- (A) tem de alcançar-se - deverá alcançar-se
 (B) teremos alcançado - devia ser alcançado
 (C) tem de ser alcançado - deveria ter sido alcançado
 (D) será alcançado - devia ser alcançado
 (E) tinha de ser alcançado - deveria ser alcançado
-
5. No primeiro parágrafo, dois segmentos que remetem a causas da frustração de quem esperava muito da COP-15 são:
- (A) capaz de orquestrar compromissos // cortes de emissão de gases estufa apenas para 2050.
 (B) sem estabelecer compromissos obrigatórios // impedir a elevação da temperatura.
 (C) capaz de orquestrar compromissos // um documento político genérico.
 (D) cortes de emissão de gases estufa apenas para 2050 // sem estabelecer compromissos obrigatórios.
 (E) contra os efeitos do aumento da temperatura // encontro convocado pelas Nações Unidas.
-
6. A informação **negativa** do segmento *chefes de estado tentando, em vão, apagar arestas* deve-se, sobretudo, ao elemento sublinhado. O mesmo ocorre em:
- (A) O resultado final foi um documento político genérico (...)
 (B) A tese foi rechaçada pelos emergentes, que esperavam obter ajuda (...)
 (C) (...) não se dispunham a cumprir sequer metas modestas.
 (D) (...) mesmo assim sem estabelecer compromissos obrigatórios (...)
 (E) (...) inconformados por terem sido escanteados nas conversas finais.
-
7. Ao se reconstruir uma frase do texto, houve **deslize** quanto à concordância verbal em:
- (A) Deveram-se às manobras de desconversas, na definição das tarefas dos países, o impasse final das negociações entabuladas em Copenhague.
 (B) Sequer foi possível, na COP-15, estabelecer um financiamento para os países pobres a quem coubesse adotar políticas de mitigação das emissões.
 (C) Se todos esperávamos um bom acordo na COP-15, frustrou-nos o que dela acabou resultando.
 (D) Acabou culminando num final dramático, naquele 18 de dezembro de 2009, o período de duas semanas de acaloradas discussões.
 (E) Às nações pobres propôs-se uma ajuda de US\$ 30 bilhões, medida a que não deu aval nenhum dos países insatisfeitos com as conversas finais.
-
8. Houve muitas discussões sobre medidas para se minimizar o aquecimento global, já que todos consideram o aquecimento global uma questão crucial para a humanidade, embora poucos tomem medidas concretas para reduzir o aquecimento global, não havendo sequer consenso quanto às verbas necessárias para mitigar os efeitos do aquecimento global.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) o consideram - reduzir-lhe - mitigar-lhe os efeitos
 (B) consideram-lhe - o reduzir - mitigar-lhe seus efeitos
 (C) lhe consideram - reduzi-lo - mitigá-los aos efeitos
 (D) o consideram - reduzi-lo - mitigar-lhe os efeitos
 (E) consideram-no - reduzir-lhe - mitigar-lhes os efeitos
-
9. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Caso não se estabelecerem parâmetros para a ajuda de US\$ 30 bilhões, essa iniciativa sequer terá recebido o aval da maioria dos países.
 (B) A exigência de metas obrigatórias, que as nações desenvolvidas impuseram às emergentes, terá sido uma das razões da discórdia.
 (C) Se alguém esperava um bom acordo na COP-15, frustrar-se-ia redondamente.
 (D) Não houve acordo capaz de orquestrar os interesses de que nenhum dos países abrisse mão.
 (E) Somente alguns países chegariam a firmar um acordo, pelo qual se previra os cortes de emissão que deveriam ser efetuados.
-
10. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Tem-se notado os interesses que movem as nações mais desenvolvidas, em função dos quais ficam difíceis de firmar-se quaisquer acordos quanto a um meio ambiente melhor controlado.
 (B) Como já está tornando rotina, mais uma vez as nações não chegaram a um acordo, sobre as pungentes questões ambientais, tanto assim que nenhuma delas abre mão de seus interesses particulares.
 (C) Quando se dedicam às questões ambientais, costuma imperar-se a regra egoísta dos interesses privados, ao passo que se deveria de contemplar os interesses públicos.
 (D) É bem possível de que ainda venham a haver muitas conferências como a da COP-15, sem que os resultados que se espera sejam minimamente satisfatórios para o bem comum.
 (E) A maior parte das conferências dedicadas às questões do meio ambiente têm sido frustradas, quase sempre, pela falta de desprendimento de muitas nações, sobretudo as desenvolvidas.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

O advento das comunicações de massa

Algumas vezes nos perguntamos como sobrevivíamos antes da internet, telefones celulares e outros equipamentos que nos parecem hoje absolutamente indispensáveis. Lembremos que essas tecnologias, assim como a do rádio e a da televisão, já profundamente enraizadas em nossas práticas individuais e coletivas, são aquisições recentíssimas da humanidade.

O interesse cada vez maior pela tecnologia é um dos traços da modernidade que se organiza com o fim da Idade Média, substituindo o apego à tradição pela crescente importância da razão e da ciência, vinculando conhecimento técnico a progresso.

A atração por meios eletrônicos de comunicação está diretamente associada às telecomunicações por ondas, que remontam ao século XIX. Os Estados Unidos, já no século XX, se destacaram rapidamente no uso do rádio. Um fato que se tornou clássico foi protagonizado em 1938 pelo cineasta Orson Welles, então um jovem e desconhecido radialista. Ele leu trechos da obra ficcional **A guerra dos mundos** como se estivesse transmitindo um relato real de invasão de extraterrestres. Utilizando surpreendentes recursos do jornalismo radiofônico, levou pânico aos norte-americanos que, por alguns instantes, agiram como se estivessem na iminência de um ataque catastrófico.

Nos dias atuais, a tecnologia associada à produção virtual interpela o cotidiano de forma cada vez mais contundente. Já no início da década de 1970 surge o microprocessador, ocasionando uma verdadeira revolução no mundo da eletrônica. Na segunda metade da década de 90, um novo sistema de comunicação eletrônica começou a ser formado com a fusão da mídia de massa personalizada, globalizada, com a comunicação mediada por computadores – a multimídia, que estende o âmbito da comunicação eletrônica para todos os domínios da vida, inserindo-se no cotidiano da vida pública e privada, introduzindo-nos num universo de novas percepções.

As técnicas não determinam nada, em si mesmas. Dependem de interpretações e usos conduzidos por grupos ou indivíduos que delas se apropriam. Por isso, a história dos meios de comunicação nos ajuda a entender e interpretar relações de poder político, cultural e econômico, bem como a configuração da subjetividade contemporânea.

(Adaptado de **Leituras da História**, número 04, 2007)

11. Encontram-se articulados no texto os seguintes aspectos do tema *comunicações de massa*:

- (A) origens das comunicações modernas; poder da mídia e influência sobre as massas; processos e desdobramentos da multimídia.
- (B) síntese dos processos da multimídia; impulso inicial da modernização tecnológica; o esgotamento do jornalismo radiofônico.
- (C) resenha histórica da informática; crítica ao poder abusivo da mídia eletrônica; ingerência da multimídia nas decisões do cidadão.
- (D) obsolescência atual do rádio; pequeno histórico da mídia eletrônica; a valorização dos ganhos tecnológicos.
- (E) resumo da história das comunicações; a dissociação entre tecnologia e vida cotidiana; o rádio como principal mobilizador das massas.

12. As técnicas não determinam nada, em si mesmas. Dependem de interpretações e usos conduzidos por grupos ou indivíduos que delas se apropriam.

A ideia central do trecho acima está resumida de forma clara e correta nesta frase:

- (A) O que as técnicas podem determinar não está nelas mesmas, mas no uso que delas faz quem as controla.
- (B) Como dependem de seu uso, não são as técnicas que se deixam conduzir por quem delas se aproprie.
- (C) Uma vez que dependam de seu uso, as técnicas em nada se determinam por si mesmas.
- (D) Não é por elas, em si, mas pelo uso que delas se dá que as técnicas acabam por alcançar sua própria determinação.
- (E) É o controle exercido pelas técnicas que dá a quem as administra o poder de vir a determinar tudo.

13. O específico episódio que Orson Welles protagonizou pode servir como exemplificação para o fato de que

- (A) manifestações de pânico coletivo são intrínsecas à ação da multimídia.
- (B) produções virtuais banalizaram-se no cotidiano pessoal ou público.
- (C) os meios eletrônicos nos parecem hoje absolutamente indispensáveis.
- (D) a tecnologia já começava a interpelar o cotidiano de forma contundente.
- (E) a multimídia estende a comunicação para todos os domínios da vida.

14. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O fato de a moderna tecnologia trazer consigo indiscutíveis vantagens faz com que percamos a memória de tempos que já foram melhores para a humanidade.
- II. Uma obra como **A guerra dos mundos** mostra, por si mesma, o poder da literatura de ficção sobre seu público, exercendo efeito imediato em seu comportamento.
- III. O surgimento do microprocessador e a expansão da multimídia foram duas revoluções no universo das comunicações, refletindo-se no modo de ser do homem contemporâneo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



15. A pontuação está plenamente adequada na seguinte frase:
- (A) Tanto o microprocessador, como a fusão das mídias desempenharam, pelos efeitos que geraram, um papel decisivo na configuração não apenas, da vida cotidiana, como da subjetividade mesma do homem contemporâneo.
- (B) Tanto o microprocessador, como a fusão das mídias desempenharam, pelos efeitos que geraram, um papel decisivo, na configuração não apenas da vida cotidiana, como da subjetividade, mesma do homem contemporâneo.
- (C) Tanto o microprocessador, como a fusão das mídias, desempenharam, pelos efeitos que geraram, um papel decisivo na configuração, não apenas da vida cotidiana como da subjetividade mesma do homem contemporâneo.
- (D) Tanto o microprocessador como a fusão das mídias desempenharam, pelos efeitos que geraram, um papel decisivo na configuração, não apenas, da vida cotidiana, como da subjetividade mesma, do homem contemporâneo.
- (E) Tanto o microprocessador como a fusão das mídias desempenharam, pelos efeitos que geraram, um papel decisivo na configuração não apenas da vida cotidiana como da subjetividade mesma do homem contemporâneo.
-
16. NÃO haverá prejuízo para a correção e o sentido do segmento do texto com a substituição do elemento sublinhado pelo indicado entre parênteses em:
- (A) (...) inserindo-se no cotidiano da vida pública e privada (...) (emergindo no dia a dia)
- (B) (...) nos ajuda a entender (...) a configuração da subjetividade contemporânea. (formação da veleidade íntima)
- (C) Algumas vezes nos perguntamos como sobrevivíamos antes da internet (...). (Ocorre-nos, por vezes, indagar)
- (D) Lembremos que essas tecnologias (...) são aquisições recentíssimas da humanidade. (conquistas açodadas)
- (E) (...) agiram como se estivessem na iminência de um ataque catastrófico. (tal fosse prestes a sofrerem)
-
17. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Orson Welles talvez não imaginasse o risco da tragédia que (**poder**) provocar as dramatizações de sua transmissão radiofônica.
- (B) Quaisquer que sejam as técnicas, não lhes (**caber**) determinar por si mesmas o sentido que ganhará sua aplicação.
- (C) Muito do que se (**prever**) nos usos de uma nova técnica depende, para realizar-se, do que se chama "vontade política".
- (D) Nenhuma das vantagens que (**oferecer**) a tecnologia mais ousada é capaz de satisfazer as aspirações humanas.
- (E) Quando não se (**reconhecer**) nas ciências o bem que elas nos trazem, as saídas místicas surgem como solução.
-
18. É preciso corrigir, pela má estruturação que apresenta, a seguinte frase:
- (A) Os muito jovens não fazem ideia de como foram velozes as transformações que sofreu o nosso cotidiano, nas últimas décadas, por causa das inovações tecnológicas.
- (B) Ao que tudo indica, os próximos passos da tecnologia eletrônica serão dados na direção de uma ainda maior integração entre as diversas mídias.
- (C) Com o advento dos meios de comunicação de massa, sobretudo os eletrônicos, nem por isso o progresso tecnológico deixa de ser contestado.
- (D) A globalização está diretamente ligada à propagação e ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa, que encurtam distâncias e aproximam as pessoas.
- (E) Quem não se deixa seduzir pelos atrativos e novidades da tecnologia de ponta costuma defender as vantagens da simplicidade e da naturalidade em nossa vida.
-
19. Constituem uma causa e seu efeito, nessa ordem, os segmentos:
- (A) *Na segunda metade da década de 90, um novo sistema de comunicação eletrônica começou a ser formado // com a fusão da mídia de massa.*
- (B) *Utilizando surpreendentes recursos do jornalismo radiofônico // levou pânico aos norte-americanos.*
- (C) *Algumas vezes nos perguntamos // como sobrevivíamos antes da internet.*
- (D) *Um fato que se tornou clássico // foi protagonizado em 1938 pelo cineasta Orson Welles.*
- (E) *O interesse cada vez maior pela tecnologia // é um dos traços da modernidade.*
-
20. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) A segunda metade da década de 90, aonde se consolidou a multimídia, foi um marco na vida contemporânea.
- (B) O homem do nosso tempo, diante dos admiráveis recursos nos quais jamais sonhou alcançar, é por vezes um deslumbrado.
- (C) A obra de ficção **A guerra dos mundos**, em cuja Orson Welles se baseou, ganhou dramática adaptação radiofônica.
- (D) A tecnologia de ponta, sobre a qual por vezes pairam desconfianças, leva-nos apenas aonde queremos ir.
- (E) O cotidiano contemporâneo deixa-se afetar pelas conquistas técnicas, de cujas muita gente alimenta sérias desconfianças.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Dentre outros, são atributos ou qualidades do poder de polícia
- (A) o motivo e a tipicidade.
 - (B) a forma e a finalidade.
 - (C) a discricionariedade e a coercibilidade.
 - (D) a auto-executoriedade e a forma.
 - (E) a presunção de legitimidade e a competência.
22. Tendo em vista a classificação dos atos administrativos, considere as hipóteses seguintes:
- I. A mudança de local e horário de uma reunião de órgãos públicos com particulares.
 - II. A cassação da autorização para utilização do passeio público para uma banca de jornais.
 - III. O apostilamento de títulos e a nomeação de um servidor público federal.
- Referidos atos são classificados, respectivamente, como ato
- (A) modificativo, alienativo e constitutivo.
 - (B) declaratório, extintivo e constitutivo.
 - (C) desconstitutivo, modificativo e declaratório.
 - (D) modificativo, desconstitutivo e declaratório.
 - (E) desconstitutivo, abdicativo e modificativo.
23. Tendo ocorrido uma enchente causada por chuvas, com danos a moradores locais, foi comprovado que os serviços prestados pela Administração municipal foram ineficientes, além do que os bueiros de escoamento das águas estavam entupidos e sujos, principalmente pelo depósito acumulado de terra e argila. Nessa caso, a Administração
- (A) não será responsável face à culpa exclusiva dos moradores por eventual depósito de lixo no local.
 - (B) responderá pelos danos causados por culpa objetiva concorrente.
 - (C) não será responsável porque o fato não ocorreu pela conduta de seus agentes.
 - (D) deverá indenizar os moradores por força da responsabilidade objetiva.
 - (E) responderá pelos danos causados face à responsabilidade subjetiva.
24. No que se refere aos órgãos públicos, é INCORRETO afirmar ser característica destes (algumas não presentes em todos), dentre outras, o fato de que
- (A) não possuem patrimônio próprio, mas integram a estrutura da pessoa jurídica.
 - (B) têm capacidade para representar em juízo a pessoa jurídica que integram.
 - (C) não possuem personalidade jurídica e são resultado da desconcentração.
 - (D) podem firmar, por meio de seus administradores, contratos de gestão com outros órgãos.
 - (E) alguns possuem autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
25. Quanto ao tempo de serviço do servidor público, é INCORRETO afirmar:
- (A) A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.
 - (B) Além de outras hipóteses de ausências, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de desempenho de mandato eletivo federal, exceto para promoção por merecimento.
 - (C) O tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social, contar-se-á apenas para efeito de promoção, remoção e ascensão, vedada a contagem para a aposentadoria e a disponibilidade.
 - (D) O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.
 - (E) Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.
26. No que diz respeito ao controle da Administração, analise:
- I. O controle administrativo é um controle de legalidade e de mérito derivado do poder-dever de autotutela da Administração.
 - II. O controle legislativo configura-se, sobretudo, como um controle político, podendo ser controlados aspectos relativos à legalidade e à conveniência pública dos atos do Poder Executivo.
 - III. O controle judicial, regra geral, é exercido *a priori* e de ofício, concernente à legalidade e à conveniência dos atos administrativos, produzindo efeitos *ex nunc*.
 - IV. Dentre outros, são instrumentos de controle judicial a ação popular, a representação, o mandado de segurança e os processos administrativos em geral.
- Nesses casos, é correto o que consta APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e II.
27. Analise:
- I. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.
 - II. O deslocamento do servidor a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede.
- Tais situações configuram, respectivamente,
- (A) recondução e remoção.
 - (B) reversão e ascensão.
 - (C) transferência e recondução.
 - (D) remoção e transferência.
 - (E) ascensão e reintegração.



28. Na sistemática do Processo Administrativo previsto na Lei nº 9.784/1999,

- (A) quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de quinze dias, a partir da sua interposição nos autos pelo interessado.
- (B) salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- (C) salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito devolutivo, embora sempre suspenda a decisão atacada até o seu julgamento final.
- (D) os prazos do processo e do recurso começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se na contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
- (E) o não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.

Direito Constitucional

29. Considere:

- I. Os Territórios Federais integram a União, e sua transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem será regulada em lei complementar.
- II. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados e os Municípios, todos autônomos.
- III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual.
- IV. Os Estados podem desmembrar-se para se anexarem a outros, mediante aprovação da população, por meio de plebiscito, e da Assembléia Legislativa, por meio de lei complementar.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

30. São direitos fundamentais classificados como de *segunda geração*

- (A) os direitos e garantias individuais clássicos.
- (B) o direito do consumidor e o direito ao meio ambiente equilibrado.
- (C) os direitos econômicos e culturais.
- (D) os direitos de solidariedade e os direitos difusos.
- (E) as liberdades públicas.

31. No que diz respeito ao direito à inviolabilidade de domicílio, é correto afirmar que

- (A) a casa, à noite, torna-se violável nas hipóteses de flagrante, desastre e prestação de socorro, porém é necessária autorização judicial.
- (B) a casa é violável no caso de flagrante, desastre ou para prestar socorro.
- (C) ninguém pode violar a casa, à noite, mesmo que munido de autorização judicial.
- (D) a casa é asilo inviolável e em nenhuma hipótese se pode nela ingressar sem o consentimento do morador.
- (E) o conceito de casa é restrito e abrange, apenas, a residência com ânimo definitivo.

32. É correto afirmar que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida mediante controle externo pelo

- (A) Ministério da Fazenda.
- (B) Banco Central.
- (C) Advogado-Geral da União.
- (D) Procurador-Geral da União.
- (E) Congresso Nacional.

33. São brasileiros naturalizados, de acordo com a Constituição Federal,

- (A) os estrangeiros residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (B) os estrangeiros residentes no Brasil há mais de dez anos e de comprovada idoneidade moral, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (C) os que adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas dos originários de países de língua portuguesa residência no Brasil por, no mínimo, cinco anos, e idoneidade moral.
- (D) todos que adquiram a nacionalidade brasileira, exigindo-se dos originários de países de língua portuguesa, apenas, residência por um ano ininterrupto no Brasil.
- (E) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de trinta anos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

34. É correto afirmar que os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma,

- (A) patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público e empresa pública.
- (B) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (C) patrocinar causa em que seja interessada empresa de economia mista ou concessionária de serviço público.
- (D) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, em autarquia.
- (E) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

35. É correto afirmar que as Leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumento de sua remuneração, são de iniciativa privativa do Presidente

- (A) do Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) da República.
- (C) do Supremo Tribunal Federal.
- (D) da Câmara dos Deputados.
- (E) do Senado Federal.



36. É correto afirmar que o Presidente da República ficará suspenso de suas funções
- (A) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) nas infrações penais comuns, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
 - (C) nas infrações penais comuns, após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
 - (D) nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

Direito Civil

37. No tocante à ausência, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão
- (A) decorridos dois anos da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando um ano.
 - (B) decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos.
 - (C) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos.
 - (D) decorridos dois anos, independentemente do ausente ter deixado representante ou procurador.
 - (E) decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos.

38. Considere as seguintes assertivas a respeito da Condição, do Termo e do Encargo:

- I. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- II. Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- III. O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- IV. Em regra, o encargo suspende a aquisição e o exercício do direito.

De acordo com o Código Civil, está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

39. Com relação aos contratos, é INCORRETO afirmar:

- (A) O contrato preliminar, inclusive quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- (B) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, exceto, dentre outras hipóteses, se o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- (C) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (D) Em regra, reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- (E) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

40. O dolo do representante legal de uma das partes

- (A) não obriga o representado a responder civilmente por qualquer quantia em dinheiro nem determina qualquer obrigação legal.
- (B) obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve, bem como a responder até o limite de vinte vezes o valor do negócio jurídico por perdas e danos.
- (C) obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve, bem como responderá solidariamente com ele por perdas e danos.
- (D) só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.
- (E) obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve, bem como responderá subsidiariamente ao representante legal por perdas e danos.

41. Considere as seguintes assertivas a respeito do pagamento:

- I. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- II. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- III. Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.
- IV. É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas, por expressa vedação legal.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.



42. Considere as seguintes assertivas a respeito da posse:
- I. A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
 - II. A posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor, em razão do caráter personalíssimo que a diferencia da propriedade.
 - III. Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
 - IV. Em regra, o possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

Direito Processual Civil

43. Considere:
- I. Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
 - II. O crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
 - III. O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.
 - IV. A escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.
 - V. O documento particular assinado pelo devedor e por uma testemunha.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, são títulos executivos extrajudiciais os indicados APENAS em

- (A) I, III, IV e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV.

44. A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, se pendente o processo em que foi feita,
- (A) não poder ser revogada até a prolação da sentença de primeiro grau.
 - (B) pode ser revogada por ação anulatória.
 - (C) pode ser revogada através de processo administrativo a ser interposto perante a Corregedoria.
 - (D) pode ser revogada por ação rescisória.
 - (E) não pode ser revogada sem o trânsito em julgado da sentença.

45. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Juizados Especiais Federais:

- I. Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na legislação competente.
- II. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.
- III. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, em regra, o pagamento será efetuado no prazo de noventa dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa mediante precatório previamente expedido.
- IV. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

46. Mário ajuizou ação de cobrança em face de Joana. A petição inicial foi indeferida uma vez que o M.M. juiz considerou-a inepta. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o recurso cabível é

- (A) o agravo, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.
- (B) o agravo, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, reformar sua decisão.
- (C) a apelação, facultado ao juiz, no prazo de 24 horas, reformar sua decisão.
- (D) a apelação, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, reformar sua decisão.
- (E) a apelação, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.

47. De acordo com o Código de Processo Civil, NÃO se considera absolutamente impenhorável

- (A) os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.
- (B) os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.
- (C) a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de sessenta salários mínimos.
- (D) os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.
- (E) o seguro de vida.



48. Com relação aos Embargos do Devedor, é INCORRETO afirmar:

- (A) Os embargos serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
- (B) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar contar-se-á a partir da juntada do respectivo mandado citatório, salvo tratando-se de cônjuges.
- (C) No caso de embargos manifestamente protelatórios, o juiz imporá, em favor do exequente, multa ao embargante em valor não superior a 10% do valor em execução.
- (D) A cobrança de multa ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé será promovida no próprio processo de execução, em autos apensos, operando-se por compensação ou por execução.
- (E) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.

Direito Penal

49. Considere as seguintes assertivas sobre os crimes contra a honra:

- I. No crime de injúria, o juiz pode deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria.
- II. Admite-se a prova da verdade no crime de calúnia se o fato é imputado a chefe de governo estrangeiro.
- III. No crime de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- IV. As penas cominadas aos crimes de calúnia, difamação e injúria aumentam-se de um terço se qualquer dos crimes é cometido contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência.

De acordo com o Código Penal, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

50. No que se refere à aplicação da lei penal, de acordo com o Código Penal, é certo que

- (A) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente ou do Vice-Presidente da República.
- (B) a pena cumprida no estrangeiro é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é atenuada, quando idênticas.
- (C) a homologação de sentença estrangeira para obrigar o condenado à reparação do dano, quando da aplicação de lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, depende de pedido da parte interessada.
- (D) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- (E) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

51. Considere as seguintes assertivas sobre o crime de apropriação indébita previdenciária:

- I. É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
- II. É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.
- III. Aquele que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional está sujeito a pena de detenção de 15 dias a 6 meses ou multa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

52. No que se refere à aplicação da pena, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar:

- (A) A pena não poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, não prevista expressamente em lei.
- (B) Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade, cuja soma seja superior a trinta anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite de trinta anos e, sobrevivendo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, sem desprezar, para este fim, o período de pena já cumprida.
- (C) É circunstância que sempre agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, ter o agente cometido o crime contra criança, maior de 50 (cinquenta) anos, enfermo ou mulher grávida.
- (D) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu, sendo que a multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- (E) Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 3 (três) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

53. Mário falsificou, em parte, testamento particular. Neste caso, Mário

- (A) cometeu crime de falsidade ideológica.
- (B) cometeu crime de falsificação de documento público.
- (C) não cometeu crime tipificado no Código Penal Brasileiro.
- (D) cometeu crime de falsificação de documento particular.
- (E) cometeu crime de supressão de documento.



54. José se opôs à ordem ilegal de prisão, mediante violência, mas sem causar lesões corporais e sem qualquer ameaça contra quem está prestando auxílio ao funcionário competente para executá-la. No entanto, mesmo assim, foi detido. Nesse caso, NÃO ocorreu o delito de desobediência porque
- (A) a ordem de prisão recebida era ilegal.
- (B) a ordem foi cumprida, apesar da oposição violenta.
- (C) não houve ameaça ao funcionário competente para a execução da ordem.
- (D) da violência não resultou lesões corporais.
- (E) a pessoa contra quem a violência foi empregada não era funcionário competente para a execução da ordem.

Direito Processual Penal

55. Considere as seguintes assertivas sobre as citações e intimações:
- I. Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital, com o prazo de 5 (cinco) dias.
- II. A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á, em regra, pessoalmente, mas poderá ser feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, se assim for requerido.
- III. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- IV. Adiada, por qualquer motivo, a instrução criminal, o juiz marcará desde logo, na presença das partes e testemunhas, dia e hora para seu prosseguimento, do que se lavrará termo nos autos.
- De acordo com o Código de Processo Penal, está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

56. Não caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que
- (A) conceder ou negar a ordem de *habeas corpus*.
- (B) decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (C) decidir sobre a unificação de penas.
- (D) impronunciar o réu.
- (E) concluir pela incompetência do juízo.

57. O Juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes
- (A) se tiver funcionado no processo seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como autoridade policial.
- (B) quando seu cônjuge for diretamente interessado no feito.
- (C) se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- (D) quando estiver funcionado no processo como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- (E) se ele próprio houver servido como testemunha no processo.

58. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nos crimes comuns,
- (A) os membros do Tribunal de Contas da União.
- (B) os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (C) os membros dos Tribunais Regionais Federais.
- (D) o Procurador-Geral da República.
- (E) os Ministros de Estado.

59. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, será de
- (A) 05 (cinco) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 03 (três) dias.
- (E) 08 (oito) dias.

60. No que se refere aos assistentes, é certo que
- (A) caberá ao juiz decidir acerca da realização das provas propostas pelo assistente, independentemente da oitiva do Ministério Público.
- (B) a eles não será permitido arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.
- (C) do despacho que admitir ou não o assistente caberá recurso em sentido estrito.
- (D) o Ministério Público não será ouvido sobre a admissão do assistente.
- (E) o assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.



REDAÇÃO

Leia o texto seguinte.

Quanto mais a ciência e a tecnologia ganham terreno, avançando com desenvoltura em domínios do comportamento humano, mais questões éticas surgem e se desdobram. No fundo, trata-se de avaliar os ganhos efetivos ou os ônus que cada inovação traz consigo. Muitos temem que estejamos perdendo nossos valores fundamentais; outros acreditam que não estamos perdendo nada, pois a história da humanidade é um ciclo de horrores, e talvez valha a pena insistir nos paradigmas de uma nova e ainda emergente civilização.

Levando em conta as afirmações desse texto, redija uma dissertação, na qual você se posicionará diante da alternativa entre os **ganhos efetivos** e os **ônus** acima referidos.

Sua redação deverá ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

RAS CUNHO